

Lewandowski será o novo ministro da Justiça

Magistrado aceitou o convite de Lula, com quem se reuniu ontem para discutir detalhes da sucessão na pasta. Diretor da PF e secretário de Defesa do Consumidor serão mantidos, mas próximo titular não abre mão de indicar seu número 2 e Senasp

MARIANA MUNIZ, GABRIEL SARDIA, JENNIFER GULART E SÉRGIO ROZO publico@oglobo.com.br

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski aceitou o convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e será o novo titular do Ministério da Justiça em substituição a Flávio Dino. Os dois vão se reunir com o presidente às 11h no Palácio do Planalto e o anúncio deve ser feito hoje. Na noite de ontem, Lula recebeu Dino e Lewandowski no Alvorada para dar início às discussões sobre os detalhes da sucessão na pasta, em uma reunião que durou mais de três horas.

Apesar do compromisso assumido por Lula durante a campanha eleitoral de 2022 de criar uma pasta exclusiva para a Segurança Pública, o ministério não será dividido. Assim como Dino, Lewandowski defende que o Ministério da Justiça e Segurança Pública funcionam melhor de forma integrada.

Desde a indicação de Dino para a vaga de Rosa Weber no STF, feita por Lula no fim de novembro, Lewandowski se tornou favorito para ocupar o Ministério da Justiça. Ele teve um café da manhã com o presidente na segunda-feira no Palácio da Alvorada. Na ocasião, em uma conversa de mais de uma hora, Lula fez o convite para que o ministro



Oficialização. Lewandowski vai se reunir hoje pela manhã com Lula e Dino para nomear e dever ter seu nome anunciado

apresentado do Supremo integrou o governo.

Os dois, porém, vinham tratando de questões relativas ao Ministério da Justiça desde o fim do ano passado. Em novembro, logo após a indicação de Dino para o Supremo, Lewandowski fez parte da comitiva do governo na COP28 nos Emirados Árabes Unidos.

Lewandowski, de 75 anos, ocupou o cargo de ministro do Supremo entre 2006 e

2023. Foi o próprio Lula que o nomeou para a Corte. Durante o período no STF, manteve proximidade com o líder petista e foi considerado o mais leal dos ministros.

ATUAÇÃO NO SETOR PRIVADO

Após se aposentar, em abril do ano passado, Lewandowski não parou de trabalhar e passou a atuar como conselheiro jurídico da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Também

por indicação de Lula, assumiu neste ano a presidência do Tribunal Permanente de Revisão (TPR) do Mercosul, que tem como função garantir o cumprimento das normas que regem o bloco.

A chegada de Lewandowski deverá impactar em posições de PSB dentro do Ministério da Justiça. O novo ministro não abre mão de indicar nomes de sua estrita confiança para a secretaria executiva e a Secretaria Na-

cional de Segurança Pública (Senasp). Atualmente o PSB ocupa quatro postos no ministério: além da secretaria executiva, a Senasp, a Secretaria Nacional de Justiça e a Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos.

Integrantes do PSB não admitem publicamente, mas nos bastidores afirmam que o partido vem sendo desfratado dentro do governo e ressaltam que é a segunda vez que trocas no primeiro escalão respingam na legenda. Na reforma ministerial de setembro, Márcio França foi apeado do Ministério de Portos e Aeroportos para dar lugar para Silvio Costa Filho, e assumiu recém criado Ministério do

Nomeação de Lewandowski deve impactar cargos ocupados pelo PSB

Empreendedorismo, oriundo de uma secretaria do Ministério de Indústria e Comércio.

Líderes do PSB lembram que, na época, a legenda aceitou disciplinadamente a nova posição, em uma pasta com orçamento menor. Integrantes do partido lembram que a sigla foi a principal aliada do PT na campanha presidencial de 2022.

Outra avaliação é de que a perda de espaço do PSB pode passar a desanimar inte-

grantes da legenda em dar apoio ao governo e começar a fraturar a relação histórica entre os dois partidos. A sigla indicou o secretário-executivo, Ricardo Cappelli, para assumir o posto de Flávio Dino e entende como um "abandono" do governo deixá-lo sem posição dentro da pasta. A interlocutores, porém, Cappelli já afirmou não ter interesse em assumir a Secretaria de Segurança Pública, o que vê como um rebaixamento do posto atual que ocupa.

Setores do governo acreditam que, caso sejam feitas trocas completas na equipe do Ministério da Justiça, o PSB deve ser compensado com outros postos de segundo ou terceiro escalão.

Mas, apesar da intenção de ter autonomia para montar a sua equipe, Lewandowski deve evitar algumas mudanças a pedido de Lula. Filiado ao PT, o secretário de Defesa do Consumidor, Wadih Damous, deve continuar no cargo. Damous foi um dos aliados mais próximos de Lula enquanto ele esteve preso em Curitiba entre 2018 e 2019. Outro posto que não será mexido é o do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos, que ganhou a confiança de Lula ao cuidar da segurança da campanha eleitoral de 2022.

Fachin anula condenação de ex-tesoureiro do PT na Lava-Jato

Ministro do STF determinou que caso de Vaccari Neto deve ser analisado pela Justiça Eleitoral do Distrito Federal

DANIEL GULLINO publico@oglobo.com.br

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou uma condenação a 24 anos de prisão que havia sido imposta ao ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto na Operação Lava-Jato. Fachin determinou que o caso deve ser analisado na Justiça Eleitoral do Distrito Federal, porque Vaccari

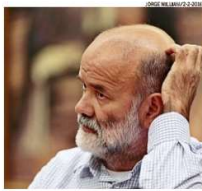
foi acusado de arrecadar propina para utilizar em favor do partido.

A decisão de Fachin foi tomada em dezembro, atendendo a um pedido da defesa de Vaccari. O ministro também seguiu a um parecer apresentado pelo ex-procurador-geral da República Augusto Aras, que defendeu a competência da Justiça Eleitoral.

O ministro ressaltou, contudo, que apenas os "ato-

cisórios" são nulos, e que propinas já foram anuladas durante a instrução do processo, como a decretação de medidas cautelares, poderão ser confirmadas pelo novo juiz responsável.

Em 2019, a condenação chegou a ser perdida pela Justiça, com base no indulto natalino editado pelo então presidente Michel Temer. Mas a decisão foi suspensa após o benefício ser questionado. Vaccari foi condenado em



Anulação. Juiz se reuniu em 2019 com o ex-tesoureiro do PT em 2019. Foto: W. M. / O Globo

2017 pelo então juiz Sérgio Moro a 10 anos de prisão, por corrupção passiva. Os publicitários João Santana e Mônica Moura foram condenados na mesma ação, bem como o empresário Zvi Skornicki, que tomou-se delator.

No mesmo ano, o TRF-4 manteve a condenação e aumentou a pena de Vaccari. A acusação é que eles teriam recebido valores provenientes de propina da Petrobras. Em nota, o advogado Luiz Flávio Borges D'Urso, que defende Vaccari, afirmou que "confirma-se o que a defesa sustentou desde o início do processo", de que a Justiça Federal não teria competência para analisar o caso.

MP junto ao TCU quer investigação sobre ida de ministro a pré-carnaval

Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral, citou visita a ONG para justificar viagem

DIMITRIOS DANTAS publico@oglobo.com.br

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP/TCU) apresentou ontem uma representação para que a Corte de Contas investigue a viagem realizada pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo, no final de 2023, ao Pré-Caju, carnaval fora de época em Aracaju. O caso motivou a saída da número 2 do Ministério, Maria Fernanda Ramos Coelho, conforme revelou o colunista do GLOBO, Lauro Jardim.

No documento protocolado na terça-feira, o subprocurador-geral Lucas Furtado pediu que o TCU adote as medidas necessárias para investigar "possíveis condutas atentatórias à moralidade administrativa" no uso de verbas públicas para compra de passagens.

Furtado destacou que Aracaju é reduto eleitoral de Márcio Macêdo. De acordo com dados do Portal da Transparência, três servidores tiveram viagens autorizadas para a cidade no período de realização do Pré-Caju. De acordo com Lauro Jardim, com a recusa de Maria

Fernanda Coelho em autorizar a viagem, o próprio ministro teria se encarregado de assinar a compra das passagens. Conforme o MP/TCU, o caso poderia constituir desvio de finalidade no uso de recursos públicos.

FOCO DE POSTAGENS

A viagem foi justificada com uma agenda em uma ONG em Aracaju, para a qual Macêdo teria sido convidado. Nas suas redes sociais, entretanto, não há registros desse evento, mas pelo menos quatro publicações do ministro no Pré-Caju. "No caso noticiado, não



Reduto. Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência, no Pré-Caju

houve interesse público a ser satisfeito, mas apenas o interesse privado do ministro e de seus apadrinhados, que veio a ser custeado com o uso do dinheiro do contribuinte", afirmou Lucas Furtado.

Maria Fernanda, que foi presidente da Caixa por cinco anos nos governos antero-

res de Lula, teve desentendimentos com o seu chefe nos últimos meses, justificativa que é citada por fontes da pasta para sua saída. Um dos casos mais recentes foi justamente a viagem do ministro a Aracaju. Ao Valor, a secretaria-executiva negou, porém, que haja di-

vergências com Macêdo e disse apenas que chegou ao "fim de ciclo".

"Concluimos um trabalho importante no ministério, ampliando espaços de diálogo e participação social, realizando duas das cinco conferências nacionais de 2023, a equipe da juventude com vários projetos estruturantes", afirmou ao jornal.

Já a a Secretaria-Geral afirmou que "Maria Fernanda Coelho não solicitou exoneração, a pedido, do cargo de secretária-executiva da SG/PR. Avaliou que concluiu seu ciclo de contribuição neste ministério".

Há dois meses, Tânia Oliveira, então secretária-executiva adjunta, já havia deixado o posto também por divergências com Macêdo. Tânia é uma das petistas mais próximas da presidente do partido, a deputada federal Gleisi Hoffmann (PR).